



Centro de Humanidades – Osmar de Aquino
Departamento de Geografia
Curso de Licenciatura Plena em Geografia

MARIA JOSÉ DA SILVA PEQUENO

**CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA RESERVA PARTICULAR
DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) FAZENDA PACATUBA NO
MUNICÍPIO DE SAPÉ – PB**

Guarabira – PB
2014

MARIA JOSÉ DA SILVA PEQUENO

**CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA RESERVA PARTICULAR
DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) FAZENDA PACATUBA NO
MUNICÍPIO DE SAPÉ – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Belarmino Mariano Neto

Guarabira – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P349c Pequeno, Maria José da Silva
Caracterização geoambiental da reserva particular do patrimônio natural (Rppn) Fazenda Pacatuba no Município de Sapé - PB [manuscrito] : / Maria Jose da Silva Pequeno. - 2014.
39 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto, Departamento de Geografia".

1. Pacatuba. 2. Preservação. 3. Meio Ambiente. I. Título.
21. ed. CDD 577.5

MARIA JOSÉ DA SILVA PEQUENO

**CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA RESERVA PARTICULAR
DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) FAZENDA PACATUBA NO
MUNICÍPIO DE SAPÉ – PB**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Geografia da Universidade Estadual da Paraíba
como requisito parcial para obtenção do título de
licenciado em Geografia.

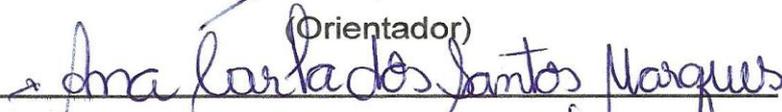
Aprovado em: 04/12/2014

COMISSÃO EXAMINADORA



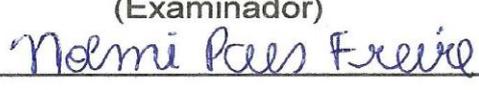
Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto – UEPB/CH/DG

(Orientador)



Profa. Ms. Ana Carla Santos Marques – UEPB/CH/DG

(Examinador)



Profa. Ms. Noemi Paes Freire – UEPB/CH/DG

(Examinador)

Dedicatória

Aos meus pais Elias Adelino e Maria Tereza, pelo apoio e carinho incondicional; ao meu noivo Clenilson Santos pelo incentivo e disposição para me ajudar no que fosse necessário para a referida pesquisa. Foram estes contribuintes fundamentais para esta conquista na minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me dá a oportunidade de conquistar mais uma graduação, pelas vitórias conseguidas durante o curso e em minha vida;

Aos **meus pais**, pelo constante apoio nas minhas decisões e por eu poder compartilhar todos meus grandes momentos, inclusive este em especial;

Aos **meus familiares** que direta ou indiretamente me incentivaram e torceram pelo meu sucesso;

Ao **meu orientador**, professor Belarmino Mariano Neto, pela colaboração e dedicação nesta trajetória;

Aos **meus amigos e colegas** do curso, pela troca de experiências, pelo convívio, pelas alegrias e incertezas, por todos esses momentos vividos juntos e partilhados, resultando com certeza em amizades verdadeiras, companheiros de desafios e vitórias durante toda a graduação.

Obrigada!

043 – Geografia

Caracterização Geoambiental da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Pacatuba no município de Sapé – PB

(Autora) MARIA JOSÉ DA SILVA PEQUENO

(Orientador) Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto – UEPB/CH/DG

(Examinador) Profa. Ms. Ana Carla Santos Marques – UEPB/CH/DG

(Examinador) Profa. Ms. Noemi Paes Freire – UEPB/CH/DG

RESUMO

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de graduada. O objetivo com essa pesquisa foi abordar a questão da preservação do bioma mata atlântica na Paraíba, tendo como objeto de pesquisa a RPPN Fazenda Pacatuba localizada no município de Sapé-PB. A escolha se deu através da necessidade de caracterizar geoambientalmente a referida reserva para ressaltar a importância da conservação desse ecossistema e os efeitos de sua preservação para a comunidade local. Essa problemática foi apresentada a partir da curiosidade em compreender o funcionamento de reservas ambientais, em especial a reserva de Pacatuba. Enquanto metodologia foi adotada a pesquisa quali-quantitativa, considerando-se moradores de diferentes idades que vivem na área pesquisada. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas sobre transformações que ocorreram na reserva ou ao seu redor, antes e depois dela se tornar uma RPPN. Também foram feitas consultas em documentos que fortaleceram nossa pesquisa. Para fomentar o desenvolvimento de nosso trabalho, teoricamente foram utilizados autores como BARBIERI (1997); RUDEK e MUZZILLO (2007); Nunes e Figueroa (1985), entre outros importantes pensadores que nos nortearam durante todo o percurso, pois estes pensadores abordam a questão socioambiental de modo que este estudo contribuirá como conhecimento científico, uma vez que abordou uma temática tão relevante na atual sociedade e na ciência geográfica, podendo ser utilizado por outros pesquisadores como ferramenta de consulta sobre a temática e ser considerado como instrumento de valorização da referida mata, um privilégio para a fazenda Pacatuba usufruir de tal bioma que enriquece seu ambiente.

Palavras-chave: Pacatuba; Preservação; Meio Ambiente.

ABSTRACT

Monograph presented to the Degree in Geography from the State University of Paraíba, in compliance with the requirement to obtain the graded title. The aim of this research was to address the issue of preservation of the Atlantic Forest biome in Paraíba, with the object of research RPPN Fazenda Pacatuba in the municipality of Sapé-PB. The choice was by the need to geoambientalmente characterize the reserve to highlight the importance of conservation of this ecosystem and the effects of their preservation for the local community. This problem was presented from the curiosity to understand the functioning of environmental reserves, especially booking Pacatuba. While methodology was adopted qualitative and quantitative research, considering residents of different ages living in the research area. Semi-structured interviews were conducted on transformations that occurred in the reserve or around them, before and after it become a RPPN. Also queries were made in documents that strengthened our research. To foster the development of our work, we were theoretically used as authors BARBIERI (1997); Rudek and MUZZILLO (2007); Nunes and Figueroa (1985), among other important thinkers they guided all the way, as these thinkers address social and environmental issues so that this study will contribute to scientific knowledge as it addressed a topic so relevant in today's society and science geographic and may be used by other researchers as a reference tool on the subject and be considered of that forest valuation tool, a privilege for Pacatuba farm use of such biome that enriches its environment.

Key-words: Pacatuba; Preservation; Environment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 ASPECTOS DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO E NO BRASIL	11
2.1 O surgimento da preocupação ambiental no mundo	11
2.2 Política ambiental do Brasil: um breve histórico	13
2.3 SNUC – Propostas e objetivos	15
2.4 As Unidades de Conservação enquanto espaço de preservação da biodiversidade	16
2.5 Panoramas das Unidades de Conservação no Brasil e na Paraíba	17
3 METODOLOGIA	23
3.1 Elementos conceituais e procedimentos técnicos da pesquisa	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
4.1 Caracterização da área	24
4.2 Aspectos geoambientais	25
4.3 Biodiversidade	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE	36
Apêndice A: Entrevista semiestruturada aplicada aos moradores	37
ANEXO	38
Anexo A: Portaria da criação da RPPN de Pacatuba/PB	39

1 INTRODUÇÃO

As florestas exercem uma função de grande importância no ciclo ambiental da terra contribuindo de forma direta e indiretamente no nosso cotidiano ora no bem-estar no território habitado ora no sustento alimentício. “A floresta é o nosso maior recurso natural de caráter renovável: conserva a água a utilizar na irrigação; protege o solo; regula o volume das nascentes; fornece áreas de recreação e é ambiente adequado a fauna” (BERTONI e LOMBARDI NETO, 2010).

Com a evolução do capitalismo e modernização agrícola, as florestas foram sendo cada vez mais exploradas drasticamente para dar espaço as plantações e áreas modificadas, a fim de suprir a grande demanda da produção exigida pelo sistema capitalista, bem como as inovações tecnológicas que tornam a vida humana mais acessível e confortável, onde a maior parte dos materiais necessários é tirada dos recursos naturais (BERTONI e LOMBARDI NETO, 2010).

Um dos problemas mais preocupantes no mundo e que vem sendo debatido em vários países é a questão da degradação do meio ambiente. Isto ocorre devido ao elevado número de queimadas nas florestas, explorando a natureza de modo que, acarretará risco na manutenção da biodiversidade. Nessas condições é importante que haja políticas de fiscalização, punição, reflorestamento e principalmente de preservação do que ainda resta do nosso patrimônio natural.

As florestas e matas devem ser preservadas, são essenciais para o equilíbrio dos ecossistemas, assim como para a humanidade, as reversas ambientais podem influenciar no mínimo quatro fatores na estruturação da sociedade. Segundo Vernier (2010) o fator medicina, através da extração de plantas para produção de remédios naturais e industriais, o fator industrial, que carece da matéria prima como a madeira, entre outros; o fator celeiro, nossas colheitas e comida dependem da biodiversidade, além da cadeia alimentar ou cadeia da vida.

Nesse estudo, foi realizada uma caracterização da Fazenda Pacatuba, nos limites territoriais do município de Sapé/PB, que possui uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, também chamada de RPPN. Analisou-se a importância da preservação da referida mata para com o ecossistema e a comunidade local, a partir do presente estudo, descrições acerca dos motivos que podem vir a degradá-la.

Ao abordar a preservação da mata como algo fundamental para a conservação da biodiversidade, é preciso articular/promover uma educação ambiental que venha possibilitar a comunidade local conscientizar-se das ações de extração da mata, conhecer a importância da RPPN de Pacatuba no equilíbrio do meio ambiente, e compreender a necessidade de preservação.

De acordo com Vernier (2010) uma das alternativas para proteger as florestas sobreviventes do desmatamento e evitar a degradação da biodiversidade é tornando-as reservas ambientais, apesar de ainda existir algumas dificuldades para que isto ocorra, estas reservas de preservação contribuem muito na conservação da fauna e flora do planeta, pequenas ações já ajudam na manutenção da reserva, não degradando as matas ciliares possibilita a manutenção dos lençóis freáticos.

Segundo Santos e Gonçalves (2010), ao longo dos anos desde o período de colonização que áreas da zona da mata são devastadas e seus recursos naturais explorados, mais precisamente a mata atlântica que já foi muito degradada tendo seu espaço tomado pelas plantações canavieiras. Mesquita e Vieira (2004) enfatizam que 80% do que ainda resta desse bioma está em propriedades particulares, dessa forma percebe-se a importância das RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), que uma vez registrada como UC (Unidades de Conservação) o que ainda resta da biodiversidade será conservada perpetuamente.

Organizamos o referido trabalho em quatro capítulos, sua estrutura é descrita da seguinte forma: o primeiro capítulo relata o modo introdutório constando a apresentação da temática abordada junto à justificativa pela sua escolha somando-se aos objetivos no qual a pesquisa almeja alcançar. O segundo capítulo aborda os aspectos da preservação e conservação ambiental no mundo e no Brasil, para termos ideia do que se trata uma Unidade de Conservação.

Posteriormente a compreensão sobre o que vem a ser uma Unidade de Conservação e uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, abordou-se no terceiro capítulo como se deu nosso caminho metodológico, e em consequência aos procedimentos traçados na presente pesquisa, obtemos os resultados e discussões em torno da mata de Pacatuba, caracterizando seu solo, sua biodiversidade, clima e hidrologia, suas potencialidades e fragilidades ambientais.

2 ASPECTOS DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO E NO BRASIL

2.1 O surgimento da preocupação ambiental no mundo

Há décadas a questão ambiental passou a ter grande importância no cenário internacional, temas como biodiversidade, preservação e conservação da natureza, desenvolvimento industrial sem afetar o meio ambiente, entre outros fatores.

Mendonça (1998) especifica que a preocupação da questão ambiental se deu principalmente posteriormente a Segunda Guerra Mundial, quando se percebeu a grande capacidade do homem em provocar danos tanto para sua própria espécie quanto para o meio ambiente, através de armas altamente destrutivas, em que sobreviventes tiveram que reconstruir seus espaços alvo de conflitos.

Depois desse grande acontecimento com efeitos trágicos, países da Europa e os Estados Unidos da América, planejaram iniciativas objetivando, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente e garantir a paz mundial, diante disso foi emergindo a necessidade de movimentos ecológicos que culminaram em meados da década de 50, intensificando nas décadas de 60 e 70. Outro fator determinante para pensar nos recursos naturais também no período pós-guerra foi a explosão demográfica no planeta, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Para Rudek e Muzzillo (2007) na medida em que aumentava o número da população, a economia e o consumo, crescia também a extração e degradação de recursos tirados da natureza, com isso percebeu-se que muitas dessas riquezas não eram renováveis e com o tempo iriam esgotar. As políticas ambientais além de preservação passaram a ser de controle, em que houvesse equilíbrio entre a extração de tais recursos e a conservação da natureza.

A preocupação ambiental marcou as grandes conferências mundiais, principalmente a partir da década de 1970. Hoje a preocupação ambiental está muito mais abrangente se comparada ao início dos movimentos ambientais. Atualmente, temas como a fome e qualidade de vida perpassam pela questão ambiental, ou seja, as discussões sociais e ambientais caminham juntas (RUDEK e MUZZILLO, 2007, p.11).

De acordo com Rudek e Muzzillo (2007), devido às mudanças ocorridas ao longo do tempo na sociedade surgiu a necessidade de governos de todo mundo em se preocupar na busca de obter equilíbrio entre a utilização de recursos naturais e a

escassez destes. Procurar alternativas que pudessem conciliar as necessidades do homem em usufruir de recursos do meio ambiente com a sua preservação seria uma forma de atender as transformações ocorridas no planeta. As primeiras e significativas discussões sobre o problema ocorreram na década de 1970.

Para Nunes e Figueroa (1985), a preocupação com o meio ambiente é de fato bastante antiga a diferença está apenas em cada momento histórico:

Na Europa e EUA, o interesse pelas ciências naturais começou a tomar vulto a partir do séc. XIX baseados em trabalhos como os de Humboldt, Darwin, Davis, e outros pesquisadores da época. A partir de então, começa a se verificar uma mudança no comportamento face aos recursos naturais, no sentido de preservá-los. Principalmente na Europa, berço das antigas civilizações começa a ser sentido os efeitos do uso irracional e indiscriminado dos recursos naturais e da degradação ao meio físico, pois algumas regiões já sofriam com enchentes devido à destruição da mata ciliar, mais precisamente na cabeceira dos rios. (NUNES; FIGUEROA, p. 1985 apud RUDEK e MUZZILLO, 2007, p.12).

Atualmente a preocupação ambiental é cada vez maior porque o problema tende a se agravar, as ações humanas promovem a degradação em larga escala e, apesar de várias políticas ambientais viabilizarem o controle sobre as reservas, ainda assim o bom resultado depende de vários fatores que envolvem ações concretas entre população e as instituições governamentais e não governamentais.

De acordo com Nunes e Figueroa (1985), podemos dizer que essa discussão envolve diferentes áreas científicas, desde que se teve conhecimento dos efeitos negativos do uso irracional dos recursos naturais e conseqüentemente da importância de preservá-los, eclodiram os movimentos ecológicos.

De acordo com Buratini (2008), a primeira conferência mundial da ONU ocorreu em 1972 na cidade de Estocolmo na Suécia que discutiu a relação do homem e o meio ambiente, teve como fundamento conscientizar os países acerca desse fator importante e determinante para a manutenção da espécie humana. Essa conferência discutiu formas de utilização dos recursos naturais em paralelo a preservação da natureza, fonte esgotável de vida. Em que o crescimento deveria ter limite, respeitando a existência e importância da natureza.

Para Barbieri (2004) a conferência de Estocolmo foi o ponto inicial para pensar num novo valor e relação entre ambiente e desenvolvimento refletindo como a sociedade busca sua subsistência, o autor acredita que uma das principais contribuições foi o de discutir a relação entre desenvolvimento e meio ambiente de

modo que não tem como discutir o desenvolvimento sem considerar o meio ambiente e vice-versa, principalmente no que se refere à poluição. A partir de então movimentos ambientais em prol da biodiversidade só cresceu, com vários objetivos, entre eles o de preservar espécies da fauna e flora em extinção.

2.2 Política ambiental do Brasil: um breve histórico

A iniciativa de políticas ambientais no Brasil é oriunda de movimentos ecológicos acerca da degradação da natureza, ao caos e grandes prejuízos, além de problemas urbanos que isto acarretará ao desenvolvimento da vida humana e de seu próprio hábitat: o planeta. Esses movimentos exigiam providências para o problema, enfatiza Rudek e Muzzillo (2007). Devido a influencia de movimentos ambientais e da participação na Conferência de Estocolmo realizada em 1972, foi criada no Brasil em 1974 a secretaria de Meio ambiente, que a partir de então, foi elaborada uma ampla legislação ambiental em todo território nacional.

Na visão de Vieira & Bredariol (2006) ao falar do histórico de políticas ambientais no Brasil é preciso ressaltar a Agenda 21, que gerou um documento de mais de 300 páginas tendo sido um dos mais importantes eventos para se discutir a questão ambiental no país, foi a partir de então que o conceito de desenvolvimento sustentável teve maior ênfase e visto como a única alternativa para que se obtenha desenvolvimento econômico e social no país ao mesmo tempo em que se preserva a natureza; é de fato crescer dentro de determinados limites.

Pensar no aumento de produção e no crescimento de uma cidade passou a ser bem mais planejado e mais amplo, havendo a necessidade de integrar no planejamento as questões ambientais e sociais, e não apenas a ordenação e equipamento do espaço, o objetivo como isto é realizar no sistema urbano um desenvolvimento bem planejado, bem estruturado, “de forma racional, eficiente e econômica”, destaca e afirma RUDEK e MUZZILLO (2007, p.14).

As áreas protegidas, a educação ambiental e a implantação do desenvolvimento sustentável são exemplos de política ambiental no Brasil, digamos que sejam as que surtem mais efeitos se aplicadas devidamente, (VIEIRA & BREDARIOL, 2006). Os autores citados alegam que planejar sustentavelmente o desenvolvimento urbano é analisar a disponibilidade dos recursos naturais, pois são essenciais para sustentar a vida no planeta, integrando a sociedade nesse

planejamento para que haja uma discussão acerca da qualidade de vida de seus membros integrantes, indivíduos cidadãos, através do desenvolvimento sustentável.

A degradação no meio ambiente é tida como um problema geral, porém especificado nos territórios de cada Estado. Barbieri (1997, p.15) entende que um dos motivos para esse problema é a gestão inadequada dos recursos. Seriam necessárias políticas ambientais mais eficazes que demonstrassem bons resultados.

Simões (2003) acredita que a legislação ambiental no Brasil, apesar de uma das mais modernas do mundo apresenta grandes deficiências, a autora destaca a mais frequentemente questionada, diz respeito à dificuldade de aplicação e fiscalização das diretrizes ambientais por parte das autoridades competentes.

A Constituição Federal (1988) em seu Capítulo VI abordou sobre o meio ambiente, o qual iniciou-se afirmando no artigo 225 que:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 146).

De acordo com a Constituição Federal, é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar a fauna e a flora, para o bem das presentes e futuras gerações, além de promover uma educação ambiental para que haja uma conscientização pública em cuidar da natureza.

Para Mesquita & Vieira (2004) as políticas públicas ambientais devem ser de acordo com a realidade de cada cidade e dos diversos estilos de vida buscando harmonizar sociedade e natureza com relação aos limites necessários para se utilizar recursos naturais, preservando a fauna e flora que ainda existem.

No ano de 2000 com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, os territórios ambientais de todo país passaram a ter uma legislação específica, principalmente pelo fato da maioria destes recursos estarem localizados em limites territoriais não pertencentes ao poder público, ou seja, em propriedades privadas. O Brasil vem cada vez mais intensificando as políticas de preservação da natureza, na qual definiu “em 2006 as metas nacionais para conservação de pelo menos 30% da Amazônia e 10% dos outros biomas em unidades de conservação” (SNUC, 2000, p.6).

2.3 SNUC – Propostas e objetivos

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC é uma lei criada para estabelecer critérios e normas de criação, implantação e gestão das unidades de conservação de todo país. São algumas das principais propostas do SNUC quanto a gestão das unidades de conservação. A lei 9.985, de 18 de julho de 2000 criou o SNUC e é regido por diretrizes conforme abaixo:

Art. 5º- O SNUC será regido por diretrizes que

I- assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente; [...]

V- incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional; [...]

VII- permitam o uso das unidades de conservação para a conservação in situ de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres; [...]

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

Entende-se que ao se cadastrar no SNUC como uma UC, o gestor deve assegurar que na propriedade preservada consta um conjunto de amostras significativas de diferentes espécies da fauna e da flora e com a conservação estarão sendo protegidas. De acordo com Castro Jr, Coutinho e Freitas (2009), “no Brasil, a criação e o manejo de unidades de conservação como define a SNUC é papel do estado, que deve ser o condutor da política de áreas protegidas [...]”.

Para Castro Júnior et al.(2009), a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) como uma das categorias do SNUC serviram para incorporar os proprietários de terra aos processos de conservação, de modo almejar uma maior participação da sociedade civil na conservação da biodiversidade.

As Unidades de Conservação (UC) são uma forma de a população local perceber e conscientizar da importância em preservação da biodiversidade, assim como incentivar organizações privadas a criarem UC no território nacional, a fim de ampliar a preservação do ecossistema existente. Desse modo, contribuíram definitivamente para a conservação de espécies da fauna e da flora, protegendo grandes áreas dos biomas, preservando, conservando e recuperando ecossistemas.

Com as UC é possível relacionar a necessidade da população quanto ao uso de recursos naturais, com a preservação do meio ambiente, uma política de incentivo ao desenvolvimento sustentável. A criação de uma legislação mais específica foi uma grande conquista em favor da nossa biodiversidade, e para que obtenham resultados significativos o SNUC tem como alguns importantes objetivos:

- Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

O objetivo do SNUC como lei administrativa nas UC vai além de conservar a diversidade biológica, mantendo vivas espécies genéricas e raras. É possível recuperar ecossistemas degradados e recursos hídricos; protege espécies ameaçadas de extinção, proporciona à pesquisa científica, o lazer e o turismo ecológico, assim como incentiva o desenvolvimento sustentável, entre outros.

2.4 As Unidades de Conservação enquanto espaço de preservação da biodiversidade

De acordo com o SNUC (2000), as unidades de conservação são o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Medeiros et al (2011) acrescenta que esses espaços são espacialmente protegidos reconhecidos em todo o mundo como instrumentos fundamentais para

conservações de espécies, das populações e também os ecossistemas, incluindo sistemas e formas tradicionais de obter sobrevivência, usufruindo portanto, de estatuto legal e diferentes regimes de administração.

Devido à complexidade e diversidade dos biomas e territórios onde estão inseridos, as Unidades de Conservação (UC) são divididas em duas categorias: as Unidades de Proteção Integral que tem como principal objetivo a conservação da natureza, com regras e normas restritas, nesta categoria o uso dos recursos naturais e extração é permitido apenas de forma indireta; e a outra categoria são as Unidades de Uso Sustentável em que se pretende conciliar o uso sustentável de recursos naturais e a conservação do meio ambiente.

Podemos citar como uso indireto das unidades de conservação de proteção integral as recreações em contato com a natureza, o turismo ecológico, a pesquisa científica, a educação e interpretação ambiental, etc. Essas atividades podem ser realizadas, por exemplo, em estações ecológicas, reservas e parques ambientais além de refúgios de vida silvestre. Já nas Unidades de Uso Sustentável são permitidos coletas e usos de recursos naturais desde que as inesgotáveis riquezas ambientais e seus processos ecológicos sejam garantidos. Suas categorias de uso são as reservas de fauna, reservas extrativistas, entre outras (SNUC, 2000).

Para Brito (2000) apesar das Unidades de Conservação estar sendo implantada cada vez mais como uma forma de minimizar a perda da biodiversidade, uma vez que o desenvolvimento social passa a extrair recursos naturais de forma controlada, a conservação da biodiversidade não é garantida pela implantação destas, pois muito dessa biodiversidade se encontra em estado de risco se não houver melhor gestão ou fiscalização dessas unidades.

Besusan (2006) enfatiza que a implantação de áreas protegidas é uma importante estratégia para conter a ocupação desenfreada da terra e o uso predatório dos recursos naturais, pois se isto não acontecesse não iria demorar muito para todo meio ambiente ser completamente extinto.

2.5 Panoramas das Unidades de Conservação no Brasil e na Paraíba

Atualmente o Brasil possui 1649 unidades de conservação de diferentes tipos, cada uma recebe classificação de acordo com suas características e objetivos a

serem atingidos. Essas unidades podem ser destinadas à exploração sustentável de recursos naturais, preservação total do ecossistema, realização de pesquisas, visitação para promover a educação ambiental, etc. Elas são classificadas como: Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Reservas Ecológicas, Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2012).

Segundo o levantamento feito por Medeiros et al (2011), as UC no Brasil estão além de conservar e preservar a biodiversidade, são contribuintes diretamente no crescimento da economia brasileira, pois, grande parte dos recursos naturais extraídos para comercialização são usufruídos de unidades de conservação.

Conservar os recursos naturais é uma forma eficaz de deixá-los à disposição da sociedade, sempre que necessário e de forma sustentável obter espécies para desenvolvimento de diversos produtos consumidos diariamente, dentre eles cosméticos, fármacos, madeira, papel etc. (MEDEIROS et al, 2011).

Ainda de acordo com as informações do autor supracitado, podemos detalhar alguns dados da produção econômica no nosso país: a produção de toras de madeira pode gerar por ano, de R\$ 1,2 a R\$ 2,2 bilhões; em visitação aos parques nacionais a arrecadação pode chegar a R\$ 1,8 bilhão; da hidroeletricidade gerada no país, 80% tem como fonte de água, pelo menos um rio em limites de áreas conservadas; pouco mais de 30% da água potável para consumo humano é tirada diretamente de unidades de conservação ou de fontes jusantes.

Além de sua importância para com o desenvolvimento econômico, é fundamental para a qualidade de vida da população local ao longo dos anos, por ventura, “a criação e manutenção das unidades de conservação impediram a emissão de pelo menos 2,8 bilhões de toneladas de carbono” (MEDEIROS et al, 2011, p.7). Dessa forma, entende-se que a extração de recursos naturais das unidades de conservação vem acontecendo de acordo com os limites permitidos pelo desenvolvimento sustentável, diferente ao que acontece na extração ilegal, responsável pelo desmatamento e extinção de espécies.

De acordo com Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2012) o número de unidades conservadas vem aumentando gradativamente, porém esse aumento é desproporcional aos investimentos realizados para a sua manutenção e gestão, o que acarreta nas dificuldades enfrentadas como a falta de funcionários capacitados para tais funções, infraestrutura básica, ausência de plano de manejo etc. O

Ministério do Meio Ambiente destaca ainda que até o ano de 2011 o orçamento para conservação de unidades federais era praticamente o mesmo desde 2001.

Uma comparação feita por Medeiros et al. (2011), do Brasil com outros países mostrou que mesmo em países com o PIB (Produto Interno Bruto) menor que o do Brasil os investimentos para manutenção de seus ecossistemas é de 05 a 25 vezes maior; enquanto na África do Sul, por exemplo, tem-se um funcionário para cada 1.176 hectares de área preservada, no Brasil é uma relação de um funcionário para 18.600 hectares. Na manutenção das UC além da fiscalização por órgãos competentes estão incluídos o fundo de compensação ambiental.

De acordo com a Lei 9.985 (SNUC), um fundo de compensação será exigido às empresa que constroem obras com grande impacto ambiental, a natureza é devastada, e como amenização, este recurso financeiro é uma forma de compensar a perda da biodiversidade existente e da qualidade de vida da localidade.

A Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) determina que o dinheiro da compensação beneficie o bioma onde será instalado o projeto de impacto ambiental, especialmente as unidades de proteção integral diretamente atingida pela obra. Seja ela federal ou criada por estados e municípios. (IBAMA, 2001, p.17)

O IBAMA afirma que o dinheiro do fundo é compensado através de uma regularização fundiária, ou através de uma infraestrutura para garantia de visitas turísticas e pesquisas para manejo e conservação das áreas protegidas. O valor dessa compensação é calculado proporcionalmente aos danos causados, sendo que não pode ser menos que 0,5 % do total do investimento. Vale destacar que o dinheiro não vai para os cofres públicos, o próprio empreendedor contrata os serviços e obras especificadas pelo IBAMA.

Segundo dados da Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA, 2012), o estado paraibano obtém mecanismos suficientes necessários para manter a preservação da biodiversidade de seu território; possui trinta e duas UC que além de ser divididas em Unidades de Conservação Integral e de Uso Sustentável. São subdivididas quanto à sua administração, dessa forma são quatro de responsabilidade federal através do IBAMA e do ICMBio, dezesseis reservas sob administração do governo estadual por meio da SUDEMA, três unidades de conservação municipais e nove de domínio particular, as RPPN.

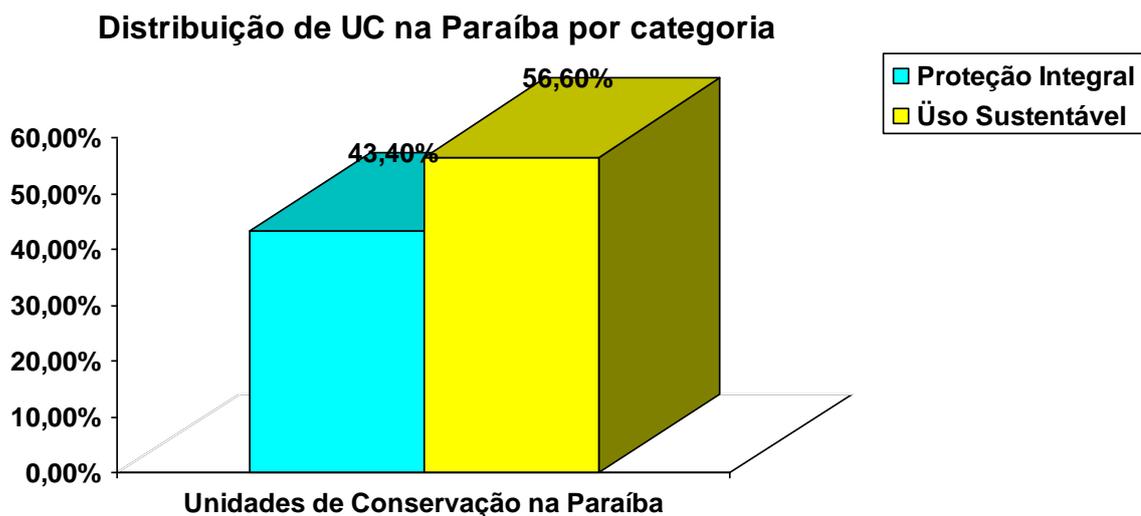
As áreas nacionais protegidas pela Lei de Conservação do Meio Ambiente correspondem cerca de 210 hectares como unidades de conservação. Além disso, têm-se as reservas indígenas sob a responsabilidade do FUNAI e as áreas sob a proteção de caráter especial.

Existimos para executar a gestão ambiental no Estado da Paraíba, para tanto estamos desenvolvendo e praticando uma política ambiental pautada na preservação e proteção dos recursos naturais do Estado da Paraíba. Nosso trabalho estabelece e garante medidas técnicas racionais que compatibilizam o desenvolvimento econômico e social do Estado, e a preservação do meio ambiente. A tarefa da gestão ambiental é manter a estrutura de todos os ecossistemas e assegurar as suas funções, buscando sempre manter o equilíbrio ecológico (SUDEMA, 2010¹).

De acordo com dados do ICMBio (2012) podemos observar nos gráficos que o governo estadual é responsável pelo maior número de unidades de conservação da Paraíba, identificadas em parques ambientais, estações ecológicas, monumentos naturais, áreas de proteção ambiental, entre outras categorias, assim como mais da metade dessas unidades são áreas de uso sustentável.

Para termos ideia da quantidade de Unidades de Conservação do meio ambiente, uma breve exposição através de dos gráficos, para eu possamos analisar a distribuição das reservas por esfera pública e privada, e por categorias.

Gráfico 1: Unidades de Conservação da Paraíba.

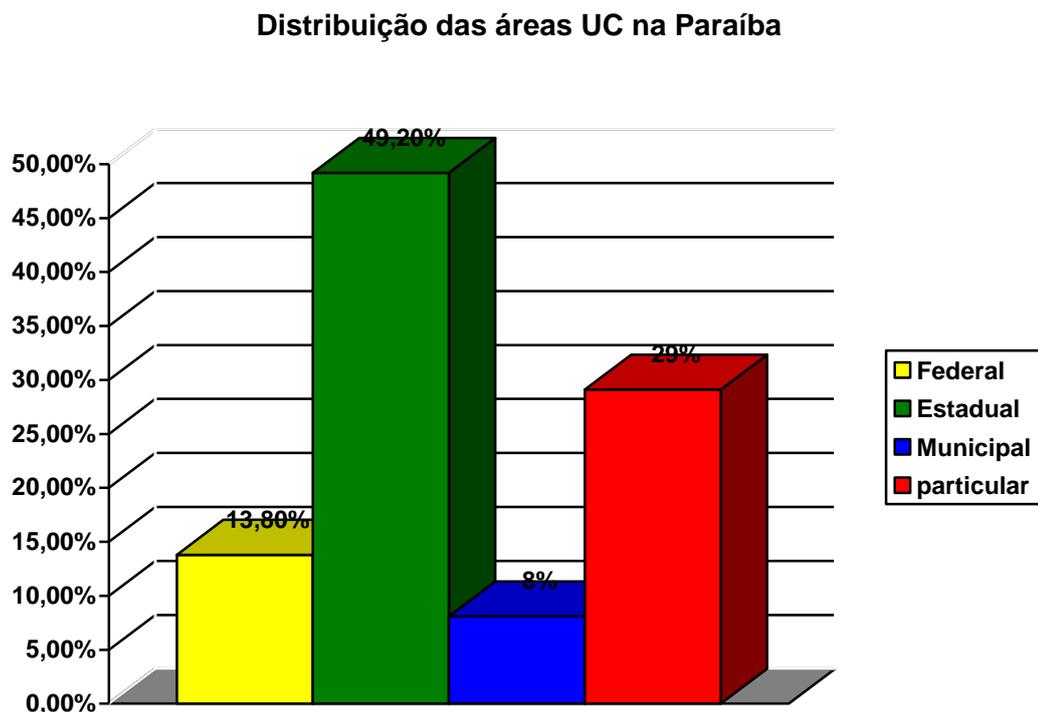


Fonte: Medeiros et al, 2011.

¹ A consulta foi realizada em documentos no site do órgão.

A maior parte das unidades de conservação na Paraíba é de uso sustentável, ou seja, a biodiversidade é preservada paralelamente à extração de seus recursos para o desenvolvimento econômico e social, sendo que se deve haver o respeito e cumprimento a legislação sobre preservação do meio ambiente (MMA, 2012).

Gráfico 2: áreas protegidas por meio de UC na Paraíba



Fonte: Medeiros et al, 2011.

Apesar dos registros de reserva particular do patrimônio natural vir aumentando segundo o sistema informatizado de monitoria da RPPN-SIMRPPN (2012), na Paraíba representa cerca de 29% das áreas preservadas. Esse número ainda é pouco, se comparando ao total de áreas a serem conservadas.

Reserva particular do patrimônio natural - RPPN significa que o dono de uma área ambiental (por esta fazer parte de sua propriedade) de forma voluntária a torna uma reserva ambiental legalizada. A área preservada mesmo sob a fiscalização do governo federal através do IBAMA ou de outros órgãos competentes é uma propriedade particular e não pública sob o domínio do governo.

São seguidas algumas regras garantidas na pena da lei, a fim de manter preservada a biodiversidade existente na propriedade particular, nem mesmo o

proprietário poderá extrair quaisquer recursos naturais da reserva, apesar de ter sido transformada em uma reserva ambiental, ainda assim o dono da terra continua a ser o proprietário desse território, ressalta Mesquita e Vieira (2004):

As RPPN são unidades de conservação de domínio privado, criadas por iniciativa do proprietário da área, mediante ato de órgão governamental (IBAMA ou órgão estadual de meio ambiente, quando houver regulamentação no estado), desde que constatado o interesse público. Pelo SNUC, as RPPN devem ter como objetivo principal a conservação da diversidade biológica. Nas RPPN o dono da terra continua sendo o proprietário, e pode contar com o apoio do IBAMA e dos órgãos de meio ambiente, assim como das entidades ambientalistas, no planejamento do uso, manutenção e proteção dessas reservas (MESQUITA E VIEIRA, 2004, p.23).

Atualmente, segundo dados do ICMBio, o Brasil possui registrado mais de seiscentos e oito reservas particulares do patrimônio natural, o que equivale a importância de aproximadamente 481.160 mil hectares de área preservada perpetuamente, pois uma vez registrada a propriedade com Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) não pode-se voltar atrás e a área será para sempre protegida. Dessas, cerca de quinhentos e setenta e seis são de caráter RPPN da Mata Atlântica. Na Paraíba das nove RPPN, três são de Mata Atlântica correspondendo a uma área de 1.325,15 hectares. Duas localizadas no município de Santa Rita/PB e a outra no município de Sapé/PB (ICMBio, 2012).

Nesse contexto, as áreas naturais protegidas estabelecidas em terrenos privados vêm se constituindo como uma importante ferramenta, complementar aos esforços públicos para proteção da biodiversidade. Esta ferramenta parece ser especialmente útil no caso da Mata Atlântica, bioma extremamente fragmentado e onde mais de 80% do território é particular (MESQUITA E VIEIRA, 2004, p.18).

Além das RPPN serem protegidas perpetuamente elas são conservadas por completo, ao contrário das reservas legais que preservam uma parte proporcional a extensão da área; apesar de estar classificada pelo SNUC como unidade de uso sustentável as RPPN são na verdade UC integral na medida em que segundo a Lei 9.985 estabelecida pelo próprio sistema de conservação, numa unidade de preservação de caráter RPPN são permitidas apenas visitação, pesquisa científica e atividades recreativas, isso se o proprietário autorizar. Logo não pode haver de nenhuma forma extração de seus recursos naturais (CN-RBMA, 2004).

3 METODOLOGIA

3.1 Elementos conceituais e procedimentos técnicos da pesquisa

O presente trabalho consistiu na caracterização geoambiental da Reserva Particular de Patrimônio Natural de Pacatuba (RPPN), situada na Fazenda Pacatuba, terras pertencentes à destilaria Japungú, geograficamente localizada dentro dos limites territoriais no município de Sapé-PB.

Para a realização do referido trabalho, foi adotada a pesquisa qualitativa a fim de dar uma explicação “dar uma explicação geral sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análises” (OLIVEIRA, 2005, p. 65), considerando-se moradores de diferentes idades que vivem na área pesquisada.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os moradores da reserva, em sua grande maioria agricultores, sobre as transformações que ocorreram na reserva ou ao seu redor, antes e depois dela se tornar uma RPPN.

Gil (1999, p.49) diz que as pesquisas “constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla”. Em outras palavras, a partir da definição de como abordar o desenvolvimento de nosso estudo, foi possível descrever com mais precisão os fatores a serem analisados dentro de nosso campo de pesquisa. De acordo com Prestes (2012) a observação e a coleta de dados possibilita análise a fim de discutir a interferência dos pesquisados em seu meio.

Para que fosse possível a realização do referido estudo, consideramos os moradores habitantes da respectiva reserva já mencionada, como sujeitos participantes, e buscando subsidiar dados e informações fidedignas para a pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico a fim de analisar estudos temáticos existentes, na busca de entender o contexto que envolve as unidades de conservação para assim obter um conhecimento específico e depois estruturá-lo.

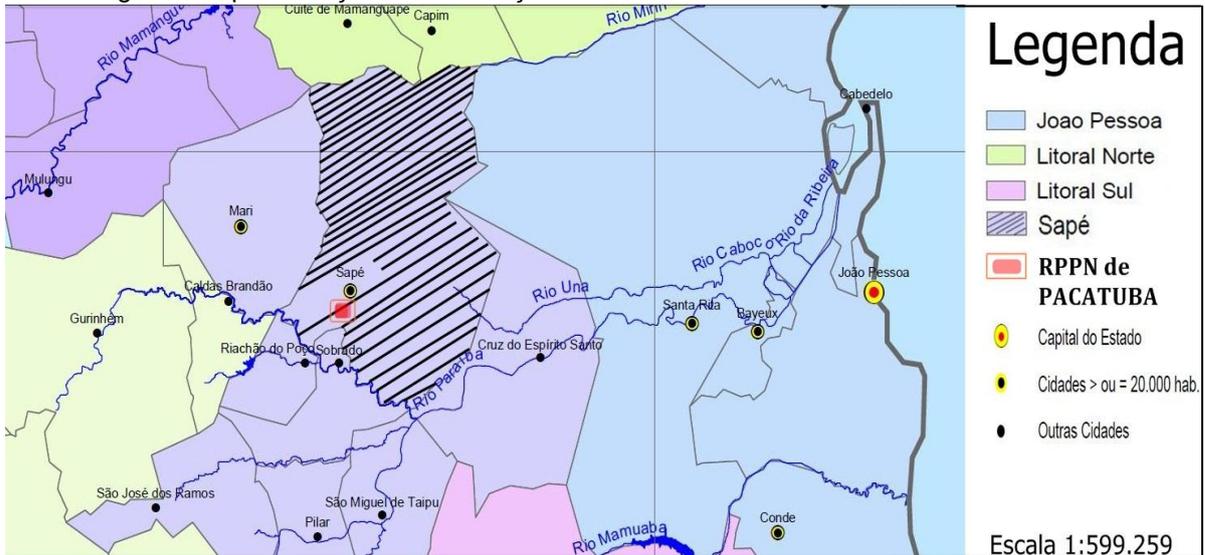
Também foram feitas consultas em documentos que fortaleceram nossa pesquisa. Para fomentar o desenvolvimento de nosso trabalho, teoricamente foram utilizados autores como BARBIERI (1997); RUDEK e MUZZILLO (2007); Nunes e Figueroa (1985), entre outros importantes pensadores que nos nortearam durante todo o percurso, pois estes pensadores abordam a questão socioambiental de modo que este estudo contribuirá como conhecimento científico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização da área

A nossa área de estudo resultou uma pesquisa desenvolvida dentro da Reserva Particular do Patrimônio Natural de Pacatuba, a respectiva reserva está situada no distrito Santa Helena a 10 km de Sapé, está localizada dentro da fazenda Pacatuba (ver Fig.1 e Fig. 2), a mesma é uma propriedade privada no nome da Empresa Japungú Agroindústria S.A, dentro da comunidade há indícios nos porões que nos remete a pensar que aquele casarão (Fig.3) representa a casa do senhor de Engenho, remanescente do período da escravidão.

Figura 1: representação da localização da RPPN de PACATUBA



Fonte: mapa microrregiões da AESA adaptado, 2014.

Figura 2: RPPN Fazenda Pacatuba



Fonte: Glauber Dionísio, 2002.

Figura 3. Casa do senhor de engenho na Fazenda Pacatuba



Foto: arquivo pessoal, 2012.

A RPPN de Pacatuba foi criada em 1995 pela portaria 110-N do IBAMA para proteção da população de uma espécie primata chamada *alouatta belzebul*, também conhecido popularmente como Guaribas de mão-ruivas, além de proteger a mata e manter seguro da ação humana todo aquele ecossistema local, proibindo o extrativismo (SIMRPPN, 2012).

A referida reserva é de uso sustentável para com a sua comunidade local, abrange um fragmento de mata Atlântica, cujas extensões chegam a 266,53 de hectares de área protegida. Ao tornar esta área em uma RPPN, o objetivo é uma conscientização ambiental a fim de garantir a preservação de espécies tanto da fauna quanto da flora formada por mata atlântica.

Esta RPPN tem como característica principal a existência de um primata denominado guariba, a maior atração de quem visita a mata, juntamente com a beleza da mata, e sua vegetação nativa, além disso, há uma cachoeira artificial que promove a tranquilidade da floresta e encanta os turistas (CN-RBMA, 2004).

4.2 Aspectos geoambientais

A RPPN de Pacatuba apresenta aspectos geológicos e geomorfológicos peculiares, o seu relevo é uma composição de planaltos arenosos e alguns tabuleiros, além de demonstrar pequenas ondulações que variam entre setenta e cinco metros a cento e cinquenta metros. A região apresenta duas estações bem

definidas: a estação chuvosa que corresponde aos meses de março e agosto, e a estação seca nos meses de setembro a fevereiro.

A umidade relativa é em torno de 80% e o índice de pluviosidade anual varia entre 1.200 a 1.800mm com base nos dados de 27 anos obtidos a partir da estação meteorológica presente na reserva. Na referida unidade de conservação, o relevo é drenado por vários córregos, importante destacarmos que um desses córregos foi represado, tornando-se uma cachoeira artificial (FIG.4) usada como atividade de lazer para os visitantes e como fonte de abastecimento da comunidade local.

De acordo com Lima e Heckendorff (1985) a unidade de conservação (RPPN de Pacatuba em Sapé) possui um clima agradável, com bom índice pluviométrico, temperaturas média, além de rios, riachos que favorecem aquele habitat. O clima da região enquadra-se o regime tropical chuvoso, quente e úmido, com chuvas de outono a inverno, temperaturas médias variando entre 23° C a 28° C e amplitude térmica em torno de 5°C (LIMA e HECKENDORFF, 1985).

Figura 4. Cachoeira Artificial de Pacatuba



Foto: arquivo pessoal, 2012.

Numa tentativa de promover um atrativo turístico para a comunidade local e circunvizinha, foi aproveitado o curso de um dos córregos da mata para construção de uma cachoeira artificial, conforme a (Fig.4), foi construída e articulada a permissão das visitas com pessoas responsáveis para que toda a obra ocorrida não prejudicasse o ciclo de vida da reserva. Neste ambiente só é permitido a presença do homem a partir da liberação do órgão fiscal responsável.

4.3 Biodiversidade

A estrutura da biodiversidade em Pacatuba nos remete a compreender a totalidade da variedade de espécies tanto na flora quanto na fauna. Abrangendo população de determinados animais, insetos, plantas, interagindo com o meio ambiente, formando ecologicamente uma paisagem única (Fig.5 e Fig. 6):

Figura 5. Espécie nativa que serve de alimento para os primatas



Foto: arquivo pessoal, 2012.

Figura 6. Vegetação rasteira da mata

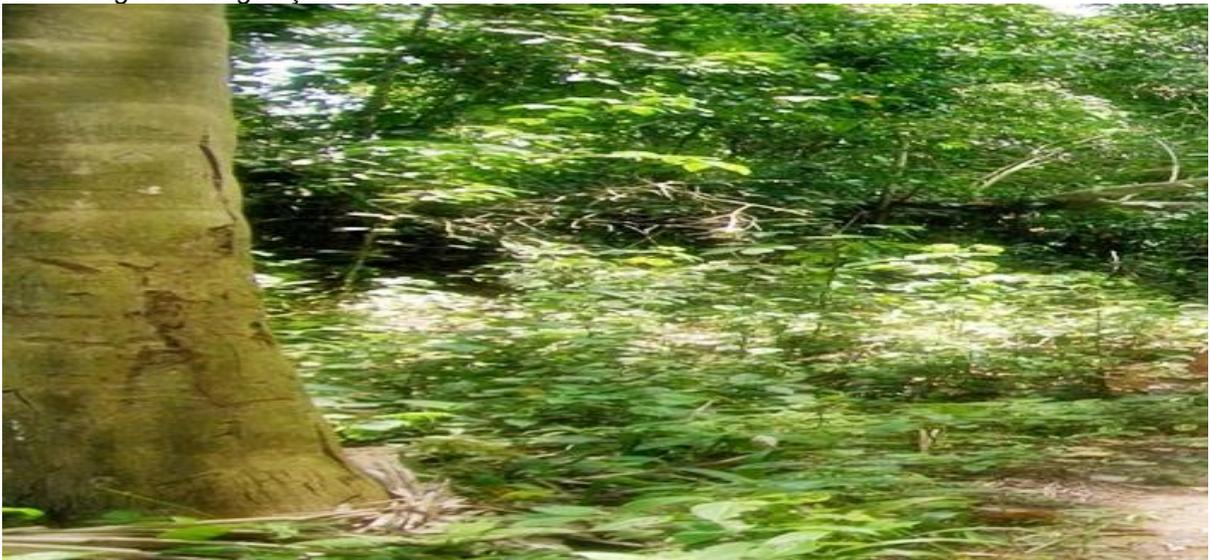


Foto: arquivo pessoal, 2012.

A referida RPPN apresenta uma vegetação típica da Mata Atlântica sub-perenifólia, nela encontramos predominantemente árvores de médio porte e poucas espécies de grande porte, formando uma floresta fechada e densa.

Esta espécie de bioma é caracterizada por duas estações, uma estação seca tipificando os tabuleiros ou savana arbórea, e outra estação, a chuvosa (ou mais úmida) com a predominância de árvores emergentes com altura que ultrapassa trinta e cinco metros e diâmetro de até quatro metros; também há a grande ocorrência de epífitas (BONVICINO, 1989; SOUZA, 2005). Na reserva de conservação em Pacatuba são encontradas várias espécies que ocorrem tanto na floresta atlântica quando na floresta amazônica.

Figura 7. Árvores de grande porte predominante nessa mata



Foto: Gauber Dionísio, 2002.

Neste fragmento de mata atlântica são encontradas várias espécies da flora que também são comuns na floresta amazônica, entre elas: *Anaxagorea dolichocarpa*, *Bowdichia virgiloides*, *Clusia nemorosa*, *Eschweilera ovata*, *Inga capitata*, *Ocotea duckei*, *Pardia pendura*, *Protium giganteum*, *Simarouba amara*, *Tapirira guianensis*, *Thyrsodium spruceanum*. Assim como espécies de tabuleiros: *Erythroxylum*, *Coccoloba alnifolia*, *Xylopia laevigata* e *Miconia albicans*.

Em sua pesquisa na referida reserva, Dionísio (2002) identificou 49 famílias e 89 gêneros de espécies arbóreas, dentro de uma amostra de 146 espécies. Os guaribas de mãos-ruivas cientificamente *alouatta belzebul* (Fig. 8) da RPPN Fazenda Pacatuba, já foram objetos de estudos de várias pesquisas, entre elas a de Bonvicino (1989), Souza (2005) e Coutinho (2012).

Logo abaixo, podemos visualizar a imagem de um exemplo dessa espécie de primata, predominante na presente Reserva Ambiental, foco de nosso estudo:

Figura 8. Guariba de mãos-ruivas



Foto: arquivo pessoal, 2012.

O nome científico da espécie animal Guariba-de-mão-ruiva é *alouatta belzebul*, pertence à família de primatas Atelidae de gênero *Alouatta*, tem ocorrências “endêmicas no Brasil, existente na floresta amazônica e na mata atlântica do litoral nordestino do Brasil, além de aparecer em alguns pontos isolados da região intermediária” (CAMARGO et al, p.193, 2008).

Figura 9. O Guariba-de-mãos-ruivas em seu habitat



Foto: arquivo pessoal, 2013.

De acordo com pesquisas de Coutinho (2012) a população guaribas da RPPN Fazenda Pacatuba se desloca mais em períodos chuvosos, devido a maior abundância de alimentação, já no período de seca tendem a repousar e poupar suas

energias. Essa espécie de primata (Fig. 9) é restrita a habitar em áreas florestadas, principalmente em áreas abundantes de babaçu, e com o desmatamento, sua população vai ficando limitada ou escassa, daí o motivo principal em proteger a Reserva de Pacatuba em Sapé, além de preservar esta espécie de primata, se torna uma área de preservação de mata atlântica, que ao longo das últimas décadas, pela ação antropogênica teve grandes avanços em desmatamento.

A reserva apresenta um forte potencial para preservação de espécies, na medida em que não é permitido o extrativismo, nem extração de qualquer recurso natural da mata. No entanto as visitas descontroladas, juntamente com uma má gestão e falta de infraestrutura poderão ocasionar fragilidades ambientais.

Esta unidade de Conservação representa uma importante proteção para sua fauna e flora, boa parte ameaçada de extinção, entre elas as preguiças, jiboias, surucucus – pico – de jaca, lontras, pacas, guaribas, entre outros. Para Coutinho (2012) o especial motivo de tornar a mata como UC foi com a intenção de proteger o habitat dos guaribas, o animal predominante na reserva.

A partir do levantamento de informações coletadas constatamos que a comunidade que vive nas mediações da Mata de Pacatuba abriga aproximadamente cerca de 250 habitantes. Conforme esta informação, a entrevista foi elaborada de modo semiestruturado, aplicou-se a vinte pessoas de forma aleatória.

De acordo com os resultados obtidos com os questionários aplicados, na localidade há um antigo sítio que depende da mata para sobrevivência de seus moradores, pois é dela que usufruem de água potável. Os habitantes se referem a comunidade em torno da respectiva mata como sítio Pacatuba, trata-se da fazenda Pacatuba, seus moradores mais antigos viram de perto as transformações em sua paisagem ao longo dos anos, pouco a pouco perdendo seu espaço natural.

Essa perda ocorre devido às degradações provocadas pelos próprios habitantes da referida comunidade que extraíam da reserva muita madeira, porém, o maior volume degradante para a reserva foi gerado principalmente pelas usinas canavieiras, que destruíam parte da mata para ampliar as suas plantações de cana-de-açúcar e transformar dessa forma a paisagem natural (GONÇALVES, 2003).

Ainda sobre os resultados dos questionários, a amostra constatou que cerca de 60 % (sessenta por cento) dos moradores entrevistados habitam o perímetro da Mata de Pacatuba há mais de dez anos, 25% (vinte e cinco por cento) responderam habitar cerca de dez anos nas proximidades da Mata, 10% (dez por cento) entre dois

a cinco anos e 5% (cinco por cento) responderam que vive nas proximidades da Mata há pouco tempo, cerca de alguns meses.

Os entrevistados afirmaram que antes da mata se tornar uma RPPN, geralmente os visitantes em outrora jogavam lixo ao visitar a Mata, sacos de pipocas, embalagens de biscoitos, etc., posteriormente ser uma RPPN, passou a haver fiscalização e conseqüentemente houve uma reeducação ambiental.

Quanto à utilização da Mata, segundo os entrevistados, da reserva é extraída a água para seu consumo, beber, banho, cozinhar, além de servir para pequenas irrigações de plantações afastadas das margens da reserva ambiental.

De acordo com as entrevistas com os moradores, eles sobrevivem basicamente de quatro atividades econômicas: o serviço do corte da cana e maquinários na usina Japungú e São João, ambas em Santa Rita; a pescaria, por meio de um viveiro no açude de Pacatuba; a agricultura; além de programas do governo, como o programa assistencialista: bolsa família.

É importante ressaltar a biodiversidade da reserva, através de registros fotográficos é perceptível visualizar em abundância uma população de Guaribas de mãos-ruivas. O principal animal de sua flora demonstra que a área está bem protegida, pois segundo resultados comparativos das análises de Bonvicino (1989); Souza (2005) e Coutinho (2012) mostram que a população de guaribas continua basicamente a mesma, sem perda reparável. Isto após um pouco mais de vinte anos, contados da primeira à última pesquisa.

Um importante fator que favorece a boa conservação da unidade é que nela não é permitido nenhum tipo de extrativismo, existe uma fiscalização ativa, para qualquer pessoa ter acesso é preciso autorização prévia, pois a Reserva Ambiental é uma área de preservação protegida nos termos da lei, é vedada extração e outras ações humanas que venham degradar.

Todavia, apesar do avanço das usinas, este só se prolongará caso as autoridades de instâncias jurídicas permitirem, ou seja, no presente momento da pesquisa, a RPPN encontra-se devidamente protegida da ação antropogênica. Diante disso, podemos dizer que os residentes da presente comunidade respeitam, conservam o meio ambiente, utilizam sem a degradar e ainda promovem a conscientização ambiental para os visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho serviu para entendermos de perto o que é e como funciona uma RPPN, seus objetivos e importância para conservação de espécies e para a comunidade que vive ao seu redor. Depois de analisar a situação dos moradores da fazenda Pacatuba, podemos ter a certeza da importância de valorizar a natureza, pois ela influencia na nossa qualidade de vida.

Considerando o histórico de degradação e extinção de grande parte da mata atlântica e sua biodiversidade, a RPPN Fazenda Pacatuba representa um importante e considerável fragmento de conservação da fauna e flora do nosso maior patrimônio natural. Nela podemos identificar diversidades características exclusivas de florestas tropicais, como geologia, geomorfologia, clima, temperaturas, entre outros, na qual podem continuar a serem objetos de estudo de pesquisas científicas de forma a contribuir com a ciência.

Poderá também ser utilizada como boa opção para aulas de campo direcionadas a estudantes das escolas do município de Sapé e cidades vizinhas buscando maior compreensão e interesse nas aulas de geografia e biologia, esta prática anda não existe; além das visitas para estudos científicos, outra forma de visita são apenas as de recreação e turismo.

A reserva ainda exerce papel importante na vida dos moradores locais, oferecendo maior qualidade de vida através de ar puro, temperatura e clima mais agradável que outras localidades que não tem matas, e principalmente água potável, pois se não fosse esta, os moradores teriam que se deslocarem quilômetros em buscar de água potável, ou depender das ações dos governantes. Espera-se que outras propriedades particulares venham se tornar RPPN, para que assim o que ainda resta da nossa biodiversidade seja cada vez mais respeitada, valorizada e conservada para o bem das presentes e futuras gerações.

De acordo com os moradores, a mata já foi bem mais densa, o avanço da cana-de-açúcar permitiu redução em sua área ao longo da história. Todavia, o avanço da zona canavieira, o processo de erosão, junto à ação do tempo colocando abaixo árvores antigas e ações do homem degrada a Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Pacatuba. Sendo assim, os habitantes residentes nas proximidades da Mata de Pacatuba alegam que sem a existência da RPPN de Pacatuba, suas vidas teriam aspectos negativos para continuar a viver no campo.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006. 176p.
- BERTONI, José; LOMBARDI NETO, Francisco. Recursos naturais de caráter renovável. **Conservação do solo**. 7ª edição. Ed Ícone. São Paulo, 2010.
- BONVICINO, C.R. 1989. Ecologia e comportamento de *Alouatta belzebul* (Primates: Cebidae) na Mata Atlântica. In: **REVISTA NORDESTINA Biologia**, 6 (2): 149-179.
- BRASIL, **Cadastro Nacional das unidades de conservação**. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, 2001^a, 49p Disponível em www.mma.gov.br/areasprotegidas/cadastro-nacional-de-ucs. Acesso em 20 de Nov. 2012.
- BRASIL, Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000. Criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em 27 de Nov. 2012.
- _____. **Parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas do Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, 2001^a, 49p.
- BRITO, Maria Cecília Weyde. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.
- BURATTINI, Maria Paula T. de Castro. Unidade IV- Frágil Planeta Terra – Ecologia. **Energia: uma abordagem multidisciplinar**. Editora: Livraria da Física; São Paulo, 2008.
- CAMARGO, C.C; PORFÍRIO, A. B; LANGGUTH, A. Variação sazonal e longitudinal nos padrões de comportamento em uma população de *Alouatta belzebul* (primates: atelidae) do Nordeste brasileiro. In: **A primatologia no Brasil – Aracajú, Sociedade Brasileira de Primatologia, Biologia Feral e Experimental** – UFS. 2008.
- CASTRO JR, Evaristo de; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves de. Cap. 1. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas apud GUERRA, José Teixeira & COELHO, Maria Célia Nunes (Organizadores). In: **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CONCELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - CN - RBMA (2004).

DIONÍSIO, G.O. 2002. Florística e fitossociologia do estrato arbóreo e arbustivo da RPPN Fazenda Pacatuba, Sapé/PB. **Monografia de Bacharelado**. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba. 52p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio, 2012.

LITTLE, Paul E. (organizadores). **Políticas Ambientais no Brasil- Análises instrumentos e experiências**. Brasília – DF: IIEB, 2003.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C.E.F.; PAVESE, H.B. & ARAÚJO, F.F.S. **Contribuição das Unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**. Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 44p.

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. 3ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MESQUITA, C.A.B.; VIEIRA, M. C. W. **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - MAB- UNESCO**. PRRN – Reservas particulares do patrimônio da mata atlântica. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. 56 p. (Caderno nº 28 : série conservação e áreas protegidas).

NUNES, L. H.; FIGUEROA, S. F. de M. **Uma visão ambiental no início do século**. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOLOGIA, 5., 1985, São Paulo, **Atas...** São Paulo: SBG, 1985. v. 2, p. 525-551.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos da escola à academia**. 4ed. São Paulo: Rêspel, 2012. 312 p.

RUDEK, C. G.; MUZZILLO, C. S. O início da abordagem ambiental nos planos de desenvolvimento urbano brasileiro a partir da preocupação mundial em busca do desenvolvimento sustentável. **REVISTA AKROPÓLIS**, Umuarama, v. 15, n. 1 e 2, p. 11-18, jan./jun. 2007.

SIMÕES, Luciana Lopes. Políticas proativas e processos participativos: necessidades para o bom manejo florestal da Mata Atlântica. **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. Org. 2 edição. São Paulo: Editora Senac, 2003.

SISTEMA INFORMATIZADO DE MONITORIA DA RPPN – SIMRPPN, 2012.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC). Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap_publicacao/149_publicacao05072011052951.pdf. Acesso em 21 de Abr. de 2014.

SORRENTINO, Marcos. et al. **Educação ambiental como política pública**. In: REVISTA EDUCAÇÃO E PESQUISA. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SOUZA, S.P. **Ecologia e conservação de Alouatta belzebul belzebul (Primates, Atelidae) na Paraíba, Brasil**. Tese de doutorado. UFPB: 2005, 104p.

APÊNDICE

Apêndice A: Entrevista semiestruturada aplicada aos moradores

1. Há quantos anos o Sr (a) reside nesse local?
2. Qual a fonte de renda para garantir o sustento da família?
3. De que forma utilizam a mata:

<input type="checkbox"/> para lazer	<input type="checkbox"/> para cultivo
<input type="checkbox"/> para obter lucro	<input type="checkbox"/> para sobrevivência
4. Como se encontra o estado dos rios e córregos da mata?
5. Qualquer pessoa pode entrar na mata? Como faz para conhecer?
6. Como foi realizada a cachoeira artificial?
7. Esta casa antiga com imenso porão e, correntes diz respeito aos tempos da escravidão? Há quanto tempo existe o casarão?
8. Os moradores tem consciência que essa mata é uma reserva ambiental protegida por lei?
9. Qual a relação dos moradores da comunidade local e os guaribas-de-mão-ruiva?
10. Qual atividade está transformando a paisagem da mata:

<input type="checkbox"/> as plantações de cana-de-açúcar
<input type="checkbox"/> as plantações de milho
<input type="checkbox"/> a lavoura de macaxeira, batata e inhame
<input type="checkbox"/> a quantidade de primatas ao redor da fazenda
<input type="checkbox"/> os visitantes

ANEXO

Anexo A: Fragmento da Portaria da criação da RPPN de Pacatuba/PB

 Nº 249 SEXTA-FEIRA, 29 DEZ 1995

DIÁRIO OFICIAL

Considerando o que consta do Processo nº 02016.0904/93-SUPES/PB, resolve:

Art. 1º Reconhecer, mediante registro, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, de interesse público, e em caráter de perpetuidade, a área de 266,53ha (duzentos e sessenta e seis hectares e cinquenta e três ares) na forma descrita no referido processo, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado FAZENDA PACATUBA, situado no Município de Sapé, Estado da Paraíba, de propriedade de LUISMAR DE MELO, PAULO FERNANDO CAVALCANTI DE MORAIS e JOSÉ IVANILDO CAVALCANTI DE MORAIS, matriculado em 22.04.93, sob o número AV-41/678, livro 2-D e 2-R, folha 39V, do Registro de Imóveis da Comarca de Sapé, no citado Estado.

dessa data.

Art. 2º Determinar ao proprietário do imóvel o cumprimento das exigências contidas no Decreto nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990, incumbindo-o de proceder a averbação do respectivo Termo de Compromisso no Registro de Imóveis competente, e dar-lhe a devida publicidade, nos termos dos artigos 4º e 5º do mencionado Decreto.

Protocolo de

Art. 3º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida, sujeitará o infrator às sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados.

dos Anexos
Protocolo de
ser conside:
de Montreal

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL BELENS JUNGMANN PINTO

Controladas

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 105/95-N, publicada no DOU de 26/12/95, Seção I, página 22274, onde se lê: a) Registro da seleção das embarcações na Agência da

pressurizad